

Vila Rica e a noção de “grande cidade” na transição do Antigo Regime para a época contemporânea¹

Vila Rica and the notion of “big city” in the transition from the Ancient Regime to the contemporary era

Cláudia Damasceno Fonseca*

Renato Pinto Venancio**

Resumo

Nas últimas décadas, a história econômica de Minas Gerais colonial foi alvo de várias revisões. A noção de decadência após a crise da mineração foi matizada, em troca de uma visão mais complexa, que destaca a diversificação das atividades econômicas e a ocupação de novos espaços territoriais. O presente artigo apresenta a evolução da atual cidade de Ouro Preto, revendo o mito da decadência do ouro no que diz respeito ao espaço urbano da primeira capital mineira.

Palavras-chave

Vila Rica. História urbana. População. Cidade colonial.

Abstract

During the last decades, the economic history of colonial Minas Gerais under went several reviews. The notion of decay after the mining crisis was nuanced, in exchange of a more complex view that show the diversification of economic activities and the occupation of new territorial spaces. This paper presents the evolution of the current city of Ouro Preto, reviewing the gold decline myth about the urban space of the first capital of the Minas Gerais.

Keywords

Villa Rica. Urban history. Population. Colonial city.

¹ Uma versão desse texto foi publicada em Laurent Vidal. (Org.). *La ville au Brésil (XVIIIe-XXe siècles) naissances et renaissances*. Paris: Rivages des Xantons, 2008, p. 179-204.

* EHESS, Paris

** ECI-UFGM

“Contar os homens, para o pão, a guerra ou o imposto, certamente não é novidade. Novo mesmo é fazer do número de homens o índice cada vez mais sistemático da importância das cidades”². Através dessas palavras, Bernard Lepetit indicou uma das diferenças fundamentais entre a cidade contemporânea e a do Antigo Regime. Tal perspectiva tem contribuído para a renovação dos estudos de história urbana, mas ainda é pouco explorada em relação às experiências da América portuguesa; tendo em vista isso, selecionamos a localidade de Vila Rica (atual cidade de Ouro Preto³), analisando suas variações urbanas e populacionais ao longo do tempo.

O estudo do nascimento e do renascimento urbano em Minas Gerais apresenta um interesse particular em relação a outras áreas do império português. Primeiramente, cabe afirmar que em Minas Gerais surgiu a primeira verdadeira rede urbana da América portuguesa. Isso fez dessa região uma das mais interessantes para se estudar processos de nascimentos e de renascimentos de cidades, sobretudo numa perspectiva de *longue durée*. No que se refere ao período colonial, é recorrente na historiografia a afirmação de que a urbanização em Minas teria sido mais intensa e mais rápida do que a de outras regiões do Novo Mundo português. De fato, num curto período – que corresponde a quatro ou cinco décadas – surgiram na região mais de trezentas povoações (entre vilas e arraiais) que eram interligadas numa rede de relações bastante dinâmicas, não somente do ponto de vista comercial, mas também político e cultural⁴.

Por outro lado, é também interessante estudar o processo de gênese e de evolução urbana de Minas Gerais em razão dos debates historiográficos. Particularmente a partir dos anos 1980, várias pesquisas reexaminaram e questionaram a noção, onipresente na historiografia “tradicional”, a respeito da decadência econômica da capitania, durante a segunda metade do século XVIII, quanto então se registra um intenso

² LEPETIT, Bernard. A evolução da noção de cidade segundo os quadros geográficos e descrições da França (1650-1850). in Heliana Angotti Salgueiro (org.). *Por uma nova história urbana*. São Paulo: EDUSP, 2001, p. 255.

³ Em 1823, Vila Rica foi promovida à “cidade” e rebatizada como “Ouro Preto” (designação de um de seus arraiais primitivos).

⁴ Essa característica dispersiva do povoamento não era um fenômeno excepcional, há muito os geógrafos determinaram que nas sociedades pré-industriais as grandes concentrações populacionais urbanas (100.000 habitantes, por exemplo) eram possíveis somente em regiões marítimas ou que possuíam uma boa malha de navegação fluvial. Ora, a maior parte do território minerador de Minas Gerais localizava-se em campos rupestres de altitude, não se enquadrando em nenhuma das duas características acima mencionadas. Para análise do padrão de urbanização continental, que, por razões de abastecimento, tendia a estabelecer redes urbanas relativamente próximas, ver: CLAVAL, Paul. *A geografia cultural*. Florianópolis: Ed. UFSC, 2001, p. 336-337.

declínio da produção aurífera. De acordo com esses estudos revisionistas, o declínio da extração aurífera não levou a uma estagnação econômica durante o mencionado período; ao contrário, as atividades agropecuárias e artesanais produziram crescentes excedentes destinados ao mercado regional ou a áreas exteriores à capitania, possibilitando novas formas de acumulação de riquezas entre proprietários rurais e comerciantes locais⁵.

Portanto, se atualmente, em relação ao conjunto da capitania, não se admite mais a perspectiva da "decadência", a noção de declínio urbano das aglomerações nascidas da atividade mineradora permanece presente, notadamente nos estudos que mencionam dados demográficos e econômicos de Minas Gerais. O exemplo de Vila Rica é constantemente evocado, sobretudo através de citações de cronistas e viajantes estrangeiros do século XIX. Esses testemunhos são, com efeito, repletos de imagens de decadência e abandono: ao chegarem à célebre Vila Rica, esses viajantes ficavam surpresos de não encontrarem um "Eldorado", mas uma "vila pobre"⁶, onde as edificações eram precárias e as lavras encontravam-se esgotadas:

Contam-se em Vila Rica cerca de duas mil casas. Essa vila floresceu enquanto os terrenos que a rodeiam forneciam ouro em abundância; à medida, porém, que o metal foi se tornando raro ou de extração mais difícil, os habitantes foram pouco a pouco tentar fortuna em outros lugares e, em algumas ruas, as casas estão quase abandonadas. A população de Vila Rica que chegou a ser de 20 mil almas, está atualmente reduzida a 8 mil, e essa vila estaria mais

⁵ Eis algumas referências: LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci del Nero da. *Minas Colonial: economia e sociedade*. São Paulo: FIEPE/Pioneira, 1982; MARTINS, Roberto Borges. Minas Gerais no Século XIX: tráfico e apego à escravidão. *Estudos Econômicos*, 13 (1), p. 181-209, 1983; LIBBY, Douglas C. *Transformação e Trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988; ALMEIDA, Carla Maria C. Minas Gerais de 1750 a 1850: bases da economia e tentativa de periodização. *Revista do LPH*, n. 5, p. 88-111, 1995; ALMEIDA, Carla Maria C.. De Vila Rica ao Rio das Mortes: mudança do eixo econômico em Minas colonial. *Locus*, v. 11, p. 137-160, 2006; BOSCHI, Caio C. Nem tudo o que reluz vem do ouro... in SZMRECSANYI, Tamás (org.). *História econômica do período colonial*. São Paulo: HUCITEC, 1996, pp. 57-65; ANDRADE, Francisco Eduardo de. Espaço econômico agrário e exteriorização colonial: Mariana das Gerais nos séculos XVIII e XIX. *Termo de Mariana: história e documentação*. Mariana: EDUFOP, 1998, p. 113-125; BEGARD, Laird W. *Slavery and the demographic history of Minas Gerais, Brazil, 1720-1888*. New York: Cambridge University Press, 1999; CARRARA, Angelo Alves. A capitania de Minas Gerais (1674-1835): modelo de interpretação de uma sociedade agrária. *História econômica & história de empresas*, T. III, v. 2, 2000, p. 47-63 e PAIVA, Clotilde Andrade e GODOY, Marcelo Magalhães. Território de Contrastes: economia e sociedade das Minas Gerais do século XIX. SILVA, Francisco Carlos Teixeira da et al (orgs.) *Escritos sobre história e educação*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001, p. 479- 515.

⁶ Essa expressão foi atribuída aos habitantes de Vila Rica pelo viajante inglês John Mawe, no seu relato *Viagens ao interior do Brasil* (1807-1811). Belo Horizonte: Itatiaia, 1978, p. 123.

deserta ainda se não fosse a capital da província, a sede da administração e a residência de um regimento.

(...)

A presença do governador e dos principais oficiais do regimento, dos tribunais e principais órgãos da administração da província entretêm em Vila Rica um comércio de importação considerável, e lá se vêem lojas bastante sortidas⁷.

No entanto, poucos historiadores observaram que tais apreciações negativas muitas vezes contêm nuances a propósito da “riqueza” ou da “pobreza” das localidades, como a que acabamos de citar⁸. Também cabe a pergunta: além desses relatos, existem outros dados que permitem concluir que localidades, como Vila Rica ou Mariana, estavam realmente “decadentes” no início do século XIX? Para responder a esta questão devemos retornar à pergunta inicial: será que essas representações simplesmente não correspondiam à imagem mental que os europeus faziam dos “Eldorados” mineiros, antes mesmo de visitá-los⁹!

Em 1948, o historiador Eduardo Frieiro – com base em relatos de viajantes do início do século XIX e em memórias econômicas do século XVIII – criticou a mitificação da história de Minas:

Uma das patranhas de nossa história, tal como usualmente se conta nas escolas, é a da pretendida riqueza e até mesmo opulência das Minas Gerais na época da abundância do ouro. Em boa e pura verdade nunca houve a tão propalada riqueza, a não ser na fantasia amplificadora de escritores inclinados às hipérboles românticas¹⁰.

Cabe aqui um esclarecimento: o objetivo deste estudo não é contradizer ou invalidar os testemunhos de viajantes, ou refutar por completo a ideia de declínio urbano – no que diz respeito principalmente a Vila Rica –, mas sim relativizar e nuançar essa noção de decadência. De fato, é possível que a perda de população de certas localidades, a partir

⁷ SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975, p. 69 e 74.

⁸ Mawe, por exemplo, menciona uma “pobreza relativa” em Vila Rica (*op. cit.*, p. 123). Para ele, como para Saint-Hilaire, se o número de casas “quase abandonadas” (ou seja, periodicamente desocupadas) era um índice de decadência; por outro, o comércio sugeria um certo dinamismo econômico.

⁹ Alguns livros que circulavam na França do século XVIII mencionaram os “grandes tesouros” da capitania de Minas Gerais, ver: DÉMEUNIER, Jean Nicolas. *Encyclopédie méthodique ou par ordre de matières: économie politique et diplomatique*. Paris: Panckoucke, 1784, Vol. 1, p. 409. Estudos atuais, com base em análise de partículas atômicas, indicam que o ouro brasileiro (com “palladium”, que serve como marcador) estava presente em aproximadamente metade das moedas de ouro que circularam na França das décadas de 1770-1780, ver: MORRISSON, Christian et al. *Or du Brésil, monnaie et croissance em France au XVIIIe siècle*. Paris: CNRS Editions, 1999, p. 102-103.

¹⁰ FRIEIRO, Eduardo. *O diabo na livreria do cônego e outros temas*. 2 ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981, p. 123.

da segunda metade do século XVIII e da primeira do século XIX, tenha sido menos significativa do que se pensa. Vários índices mostram que nesse período ocorreram mudanças na hierarquia urbana, ampliando ou diminuindo os contrastes entre as localidades¹¹. Outros dados sugerem que a diminuição da população de Vila Rica, no período acima referido, foi de fato relevante, mas representou um declínio bem menos espetacular do que se imagina. É possível que a percepção da decadência tenha resultado, sobretudo, de uma sobrevalorização da importância demográfica da vila na época do *boom* minerador – um erro que pode ser atribuído a ambiguidade das fontes, assim como a uma certa “mitologia” mineira.

Quais seriam, então, as fontes capazes de descrever de maneira mais verossímil a evolução – ou involução – urbana de Vila Rica durante os séculos XVIII e XIX? No presente texto tentaremos aportar elementos para responder a essa questão, que, aliás, não é de fácil resolução. O estudo dos níveis de desenvolvimento das aglomerações de Minas, sobretudo numa perspectiva diacrônica, esbarra em várias dificuldades de ordem conceitual e metodológicas. Estas devem ser explicitadas a fim de justificar nossa abordagem

O desenvolvimento demográfico urbano de Minas Gerais: questões conceituais e problemas de método

A avaliação do nível de “urbanidade”, de prosperidade e de polarização de uma vila, cidade ou povoação deve levar em consideração diversos tipos de variáveis: demográficas, econômicas, políticas, sociais e culturais. Entretanto, quando se evoca o tema da “decadência urbana”, geralmente é a questão do número de habitantes que se destaca. O aspecto demográfico será, pois, enfatizado neste estudo: sua preponderância na definição atual dos conceitos de “cidade” e de “urbano” impõe diversas questões e dificuldades aos estudos retrospectivos. Com efeito, a demografia desempenha um papel importante na percepção da “decadência” urbana, tanto entre os que viveram no passado como entre os historiadores que se debruçam sobre essa questão.

Infelizmente, a referência ao número de habitantes reunidos nos arraiais¹² e vilas de Minas Gerais não é frequente nas fontes do período

¹¹ Para o período colonial, ver: DAMASCENO FONSECA, Cláudia. *Des terres au villes de l’or. Pouvoirs et territoires urbains au Minas Gerais (Brésil, XVIIIe siècle)*. Paris: Publications du Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2003 (capítulo III); ver a tradução desse livro: *Arraiais e vilas D’El Rei: espaço e poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011.

¹² Como é sabido, em Minas Gerais colonial a expressão “arraial” designava povoações de

colonial. Quando essas referências aparecem, elas costumam ser vagas: trata-se de um “lugar bem povoado”, ou de uma “grande povoação”, de uma vila “de bastante gente” ou de “uma das maiores povoações de Minas”¹³. Nas raras vezes em que aparecem cifras, geralmente se referem ao número de fogos. E, na maior parte dos casos, os dados dizem respeito a territórios mais amplos do que o espaço ocupado pelo núcleo urbano principal, podendo assim incluir outros arraiais. É o que se percebe, por exemplo, num requerimento de moradores de Paracatu, que solicitaram o título de “vila”, alegando que o arraial e seus subúrbios formavam uma “grande povoação”¹⁴. Noutro documento, relativo ao Tejuco (atual Diamantina), há uma argumentação similar; alega-se que a localidade tinha a maior população de toda a comarca, pouco importando se a contagem se restringia somente aos moradores do arraial, ou se ela incluía os habitantes das outras povoações dos arredores¹⁵.

Nota-se também que as expressões utilizadas e os dados predominantes nesses documentos – “maior arraial”, “com mais de 80 fogos”, etc. – fornecem imagens que dizem respeito mais à extensão da superfície construída da povoação do que a sua importância demográfica¹⁶. Tal perspectiva se aproxima da adotada por Bernard Lepetit a propósito da evolução da noção de “cidade”: com base nas descrições de geógrafos franceses da segunda metade do século XVII à primeira do século XIX, ele percebeu o caráter tardio da emergência da demografia como parâmetro de avaliação das povoações¹⁷. De fato, durante o Antigo Regime, a expressão “grandeza” dizia respeito à extensão da área ocupada pelas ruas, praças e edifícios (o que chamaríamos hoje de “mancha urbana”). A hierarquização das localidades baseava-se principalmente na extensão destes espaços circunscritos pelas muralhas – aliás, a existência dessas últimas também era um elemento fundamental da definição de “grande cidade”. Todavia, a partir do século XVIII notam-se menções mais frequentes ao número de fogos contidos nesses espaços – o que tanto

tamanhos variados e que não possuíam o título de “vila”.

¹³ DAMASCENO FONSECA, Cláudia, op. cit, p. 352-355.

¹⁴ *Revista do Arquivo Público Mineiro*, N. XVI, p. 261, 1911,

¹⁵ Processo relativo a elevação a Vila do arraial do Tejuco, movido por José Joaquim Vieira Couto, procurador do Povo da Comarca do Serro do Frio (1801). *Arquivo Histórico Ultramarino*, (doravante designado por AHU), cx. 158, doc. 28.

¹⁶ No que diz respeito às vilas coloniais brasileiras, talvez o exemplo mais representativo dessa imagem seja o de Vila Bela, descrita como sendo *povoada de edifícios*, segundo estudo apresentado por Renata Malcher de Araújo. La (Ville) Belle et la Bête: une histoire urbaine en 3 actes, in VIDAL, Laurent. (Org.). *La ville au Brésil (XVIIIe-XXe siècles) naissances et renaissances*. Paris: Rivages des Xantons, 2008, p. 51-59.

¹⁷ LEPETIT, Bernard, op. cit, p. 245.

pode estar ligado ao surgimento da noção de densidade populacional, quanto à antiga visão culturalista da cidade, na qual os domicílios eram um “elemento do grande teatro urbano”¹⁸.

Tendo em vista tais considerações, a primeira dificuldade que apresentam os estudos sobre a rede urbana mineira está vinculada a esta percepção subliminar da demografia, que se traduz na raridade e na imprecisão dos dados disponíveis. No que concerne à primeira metade do século XVIII, não são conhecidas fontes que indiquem a população total da capitania com um grau de precisão conveniente. Devido a questões fiscais¹⁹, as informações disponíveis dizem respeito somente ao número de escravos adultos. O primeiro levantamento que indica os números efetivos da população livre e escrava de Minas Gerais (com dados sobre sua distribuição por sexo e grupos étnicos) data de 1776²⁰. Esse precioso documento também tem a vantagem de fornecer dados discriminados por comarca – o que tem permitido aos historiadores efetuar comparações regionais entre a composição das populações e seus níveis de riqueza, com base na contagem dos respectivos escravos. No entanto, essa clareza quanto à condição social dos moradores recenseados é rara: como veremos, no caso de outros dados populacionais da época colonial, não se tem certeza se eles incluem os escravos ou se correspondem somente ao número de moradores livres das localidades.

A segunda maior dificuldade dos estudos de demografia urbana de Minas relaciona-se à escala das unidades espaciais adotadas nessas estatísticas. Tanto nos arquivos portugueses quanto nos brasileiros, até o presente não foram identificados documentos ou fundos – nem ao

¹⁸ *Ibid.*

¹⁹ Entre 1735 e 1750, o sistema de capitação esteve em vigor na capitania. Tratava-se da cobrança de uma taxa sobre cada escravo, o que implicava em levantamentos regulares dessa categoria de habitante.

²⁰ ROCHA, José Joaquim da. *Geografia histórica da capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995, p. 30. Durante a segunda metade do século XVIII, a preocupação com levantamentos populacionais, para fins de recrutamento e fiscalidade, deu origem à listas de habitantes, que registravam tanto livres quanto escravos, ver o trabalho pioneiro de Maria Luíza MARCILIO, *La Ville de São Paulo: peuplement et population*. Rouen: L'Université de Rouen, 1968 (traduzido: *A Cidade de São Paulo: povoamento e população. 1750-1850*. 1. ed. São Paulo: Pioneira/EDUSP, 1973); da mesma autora, *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista, 1700-1836*. São Paulo: HUCITEC, 2000. Ver também: PAIVA, Clotilde A.; ARNAUT, Luiz D. H. Fontes para o estudo de Minas oitocentista: listas nominativas. *Anais do V Seminário sobre a Economia Mineira*, Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG, 1990. p. 85-106; PAIVA, Clotilde A. *Minas Gerais no século XIX: aspectos demográficos de alguns núcleos populacionais*. in. COSTA, Iraci Del Nero. *Brasil: História econômica e demográfica*. IPE-USP. São Paulo. 1986. p. 173-188.

menos em um ano específico do século XVIII – que permitam comparar o peso demográfico das localidades urbanas mineiras em seu conjunto. Na realidade, dispomos apenas de dados esparsos concernentes ao número de “almas” ou de “fogos” de alguns núcleos urbanos, e a maioria dessas cifras diz respeito a espaços bem mais amplos do que as vilas e arraiais propriamente ditos (núcleos urbanos) ocupados pelos grupos de habitantes. Além disso, esses dados são geralmente pouco fiáveis, principalmente em razão da ambiguidade dos topônimos²¹.

Para melhor compreender esse aspecto, convém lembrar as principais características do modelo português de organização político-territorial. Sua unidade de base era o “concelho” (equivalente ao “município”) – circunscrição governada por uma câmara (formada por juizes, vereadores e outros oficiais) que gozava de autonomia judiciária (em primeira instância) e administrativa²². Além da povoação sede (que tinha o título de vila ou, mais raramente, de cidade), os “concelhos” abarcavam um “termo” (território municipal). Os termos de Minas Gerais eram bastante vastos, contendo por vezes diversas freguesias (além da paróquia da vila). Esses territórios incluíam também outros tipos de estabelecimentos humanos, submetidos à mesma câmara: arraiais de diferentes dimensões, assim como zonas rurais formadas por habitações dispersas. Como a “vila” e o “concelho” (e por vezes a paróquia situada na vila) tinham a mesma denominação, os dados estatísticos são pouco explícitos em relação à unidade espacial considerada, podendo facilmente ser mal interpretados.

A maioria dos dados estatísticos disponíveis para o século XVIII, e mesmo para o século XIX, dizem respeito às freguesias. Ora, essas cifras

²¹ Existem, por exemplo, documentos do século XVIII referentes ao número de domicílios (fogos) de São João del-Rei e de algumas localidades do termo de Mariana. Essas localidades são citadas no *Código Costa Matoso. Coleção das notícias que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, e vários papéis*, Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, 1999, p. 248-291. Também foram conservadas listas na Biblioteca do Palácio da Ajuda, em Lisboa (cod. 54-V-12), que indicam o número de habitantes de 54 localidades de Minas Gerais em 1787, mas seu interesse é limitado. Por um lado, a toponímia registrada nesse documento se presta à confusão: há, por exemplo, três localidades designadas apenas por “Santo Antonio”, impossíveis de serem identificadas. Além disso, essa lista não especifica quais são as circunscrições consideradas; enfim, as cifras em sua maioria são arredondadas, o que faz duvidar de sua precisão.

²² Os “concelhos” eram reagrupados em circunscrições mais vastas, denominadas “comarcas”, que correspondiam à jurisdição dos ouvidores – magistrados que tinham numerosas atribuições, que diziam respeito à fiscalização da gestão financeira e da aplicação da justiça por parte das câmaras. Em relação à organização político-territorial de Portugal, consultar: HESPANHA, Antônio Manuel. *As Vésperas do Leviathan*. Instituições e poder político Portugal séc. XVII. Coimbra, Almedina, 1994; Silva, Ana Cristina Nogueira da; HESPANHA, Antonio Manuel. O quadro espacial. in José Mattoso (dir.) *História de Portugal*, volume IV, *O Antigo Regime*, Lisboa, Circulo de Leitores, 1993, p. 39-47.

não são apenas pouco precisas²³, mas também têm uma utilidade muito limitada em relação à perspectiva que aqui pretendemos e explorar. Com efeito, na maioria dos casos, o número de habitantes mencionado não corresponde ao da população que nos interessa mais diretamente – a população “urbana” ou “aglomerada”. Conforme mencionamos, além da “vila” ou do “arraial” onde se encontra a igreja matriz (sede eclesiástica), os vastos territórios paroquiais incluem também zonas rurais e diversos outros arraiais menores. Por esta razão, na maioria dos casos, esses dados são mais úteis para estabelecer comparações regionais do que para avaliar e comparar níveis de urbanização²⁴ das localidades.

Os dados referentes ao conjunto dos “concelhos” dizem respeito, sobretudo, ao século XIX. Eles evidentemente apresentam os mesmos problemas dos dados paroquiais, e talvez em um nível ainda mais acentuado, porque um “concelho” podia compreender diversas paróquias, assim como dezenas de arraiais com graus variados de desenvolvimento ou de urbanização. Se a “vila” (a povoação sede) era geralmente a localidade mais povoada e mercantil do concelho, tal quadro podia variar ao longo do tempo. No início do século XIX, o concelho de Caeté englobava o arraial de Santa Bárbara, que já havia suplantado a sede do ponto de vista econômico e demográfico. Entretanto, se a Vila de Caeté apresentava nesta época um aspecto de abandono, com casas em ruínas e igrejas em mal estado de conservação – conforme observou o viajante Auguste de Saint-Hilaire²⁵ –, isso não significava que a vila estivesse estagnada ou em declínio: em 1808, ela comandava um “termo” (território municipal) mais vasto e mais povoado do que o de Vila Rica²⁶. Nessa mesma época, Saint-Hilaire também observou que o aspecto da

²³ É verdade que um certo tipo de registro paroquial, o *rol de confessados*, tem se revelado bastante útil no estudo da Demografia Histórica e em História Social e Econômica. No entanto, em razão da dispersão dos arquivos e da ausência de levantamentos sistemáticos, esta documentação ainda está longe de ser bem conhecida. Iraci del Nero Costa utilizou o *rol dos confessados* de Santa Luzia (1790), o comparando aos dados da lista de habitantes de 1804 de outras localidades; ver: *Populações Mineiras*: sobre a estrutura populacional de alguns núcleos mineiros no alvorecer do século XIX. São Paulo: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, 1981. Angelo Carrara explorou esse mesmo tipo de fonte, referente às paróquias de Mariana e Sabará, entre 1780 e 1806, ver: *Minas e currais*: produção rural e mercado interno de Minas Gerais. 1674-1807. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2007.

²⁴ Bernard Lepetit se refere aos “níveis de urbanização” quando ele estabelece o método para avaliar os “différents degrés d’enracinement du phénomène urbain” das aglomerações francesas. Voir *Les villes dans la France moderne (1740-1840)*, Paris, Albin Michel, 1988, p. 33.

²⁵ SAINT-HILAIRE, Auguste de, *Voyages dans l’intérieur du Brésil*, Première partie, *Voyage dans le District des Diamants et sur le Litoral du Brésil*, Paris, Librairie Gide, 1833, tome 1, p. 133.

²⁶ DAMASCENO FONSECA, Cláudia, *op. cit.*, p. 387.

cidade episcopal de Mariana – pequena, com poucas vendas e lojas – não refletia o dinamismo das trocas comerciais que ele identificara no interior do termo²⁷. É interessante observar que esses comentários não mereceram atenção da maioria dos historiadores de Minas Gerais: demasiadamente convencidos da tese da “decadência” das vilas mineiras, eles se contentaram em reproduzir a descrição física de certas localidades, sem atentar para a dimensão territorial do fenômeno urbano.

Foi somente na primeira metade do século XIX que as fontes demográficas se tornaram mais sistemáticas (passando a abarcar todo o território da capitania/província), facultando assim dados mais confiáveis e mais detalhados. Para os anos 1808-1820, dispõem-se de levantamentos de população para quase todos os concelhos da capitania²⁸. Em vez de cifras arredondadas, tão comuns aos documentos do século anterior, esses registros aparentemente revelam dados mais precisos. Nas listas nominativas são especificados os totais da população livre e escrava, distribuídos por nome/sobrenome, estado civil, condição social (livre, escravo, forro), cor, idade, ocupação; certos documentos também indicam o número de nascimentos, casamentos e óbitos registrados na paróquia local. Dispomos ainda de tabelas elaboradas por Luiz Maria da Silva Pinto, relativas aos anos de 1820-1830, que fornecem dados bastante confiáveis a respeito do número de habitantes e de domicílios por paróquia e por distritos (circunscrição de natureza militar e judiciária) – aqui, no entanto, não se sabe se os dados incluem ou não a população escrava²⁹. Em relação às três primeiras décadas do século XIX, também dispomos dos dados reunidos pelo Monsenhor Pizarro, assim como de relatórios administrativos (Relatórios de Presidente de Província), que apresentam dados confiáveis.

Na segunda metade do século XIX, no âmbito do processo de centralização política, o Estado brasileiro se moderniza e começa a realizar censos nacionais.³⁰ No entanto, somente o de 1872 teve seus resultados divulgados antes da Proclamação da República (os números do segundo censo nacional só foram conhecidos em 1890). Embora esses dados sejam mais fiáveis do que os da primeira metade do século

²⁷ Saint-Hilaire, Auguste de, *Voyages dans l'intérieur du Brésil*, op. cit, p. 133.

²⁸ Não encontramos dados referentes a um dos 16 concelhos da época colonial: o de Baependi, criado em 1814.

²⁹ Tabela publicada em: CARVALHO, Téphilo Feu de. *Comarcas e termos, criações, supressões, restaurações, incorporações e desmembramentos de comarcas e termos em Minas Geraes, 1700-1915*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1922.

³⁰ MARCILIO, Maria Luíza. A população do Brasil em perspectiva histórica. In Iraci del Nero da Costa (org.). *Brasil: história econômica e demográfica*. São Paulo: IPE-USP, 1986, p. 11-27.

XIX, dispõem-se de poucas informações que permitam avaliar o peso demográfico das aglomerações urbanas: as unidades espaciais adotadas nos primeiros recenseamentos nacionais são quase sempre as da freguesia ou do concelho.

É importante lembrar que, além das questões já referidas, a utilização de estatísticas que têm o concelho como base apresenta outro inconveniente quando se deseja avaliar os níveis de desenvolvimento urbano: o caráter instável dos limites municipais. Isso torna difícil a comparação dos dados demográficos e econômicos (receitas municipais, por exemplo), principalmente para períodos longos. Com efeito, os desmembramentos sucessivos nos séculos XVIII e XIX provocaram uma diminuição radical nas dimensões da maioria dos territórios municipais – o que pode evidentemente comprometer a análise dos dados a eles referentes.

Em contrapartida, a superfície da maioria das freguesias permaneceu estável. Isso é particularmente observado em Vila Rica, nos casos das paróquias de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto (doravante denominada "Pilar") e de Nossa Senhora da Conceição de Antonio Dias (doravante denominada "Antonio Dias")³¹. O mesmo se observa em outras vilas. Partindo do pressuposto de que as paróquias das vilas eram mais densamente povoadas do que as do restante do território municipal, podemos considerar que o número de habitantes de Antonio Dias e do Pilar correspondia, grosso modo, ao da população *urbana* de Vila Rica. Estas duas freguesias compreendiam diversos "bairros" ou "subúrbios" (Alto da Cruz, Taquaral, Padre Faria, Morro de Santana, Cabeças) e também pequenos arraiais (São Sebastião, Boa Vista, Rodeio), alguns deles contendo capelas filiais (ver mapa 1).

Vila Rica: análise de um caso

Através do exemplo de Vila Rica, procuraremos mostrar de que maneira a imprecisão dos dados estatísticos disponíveis, bem como a ausência de crítica dessas fontes, contribuíram para o surgimento de uma percepção exacerbada da noção de decadência urbana. De fato, se a diminuição do número de habitantes de Vila Rica, entre meados do século XVIII e início do século XIX, parece tão intensa, isso se explica pela superestimação de sua população no período do apogeu da atividade mineradora (aproximadamente entre 1750-1760³²).

³¹ Vila Rica era a única sede de concelho de Minas Gerais que possuía duas freguesias. Estas se originaram de dois arraiais mineradores distintos, cada qual com sua igreja matriz.

³² PINTO, Virgílio Noya. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português*. São Paulo:

É importante lembrar que certos autores chegaram a atribuir à capital mineira uma população de “100.000 almas”. Tal equívoco parece ser proveniente de um texto de João Pandiá Calógeras:

Com o fito de dar uma noção da condensação artificial devido à atividade mineradora, e mostrar como é precária e flutua com a riqueza da extração, digamos que Vila Rica chegou a ter, segundo velhos cronistas, 100.000 habitantes enquanto hoje (1930), mal contará 8.000³³.

Os tais “velhos cronistas” não são identificados por Calógeras, permanecendo um mistério a origem da referida estimativa. Isso, contudo, não impediu que outros autores a reproduzissem. Em 1967, por exemplo, Affonso Ávila afirmou:

O encerramento do ciclo minerador faz retornarem o cultivo da terra aqueles descendentes dos lavradores portugueses atraídos a Minas pela miragem do ouro e do diamante. Núcleo urbano como Vila Rica e sua área circunvizinha – a great Vila Rica –, que chegara a contar perto de cem mil habitantes, inicia a contra-marcha melancólica da decadência e, esvaziada da antiga e febricitante atividade, a velha capital adquire aspecto desolador, encoberta pela neblina de “ensueño” barroco, tal como a divisamos ainda hoje³⁴.

Cem mil habitantes? Se tal cifra for aceita, Vila Rica deve ser considerada, em relação a meados do século XVIII, como um dos maiores centros urbanos das Américas, com uma população apenas inferior à cidade do México (aproximadamente 113.000 habitantes em 1793), e que superava em muito a população de outros importantes núcleos urbanos do Novo Mundo: Lima, Puebla, Havana³⁵, ou mesmo Filadélfia e Nova Iorque³⁶ – aglomerações que contavam entre 50.000 e 60.000 habitantes em fins do século XVIII.

Tendo em vista as fontes atualmente conhecidas, tal perspectiva parece pouco provável. Não sabemos o que Ávila entendia por “great

Companhia Editora Nacional, 1979, p. 115.

³³ CALÓGERAS, João Pandiá. *Formação histórica do Brasil*. 6º ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957, p. 62-63. Esse autor também afirma: *Do Tijuco [Diamantina] dizia-se ter 40.000 almas, meado do século XVIII: nova prova dessa evolução regressiva, hoje contará talvez um quinto desse total*.

³⁴ AVILA, Affonso. *Resíduos seiscentistas em Minas: textos do século do ouro e as projeções do mundo barroco*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Mineiros, 1967, vol. 1, p. 122.

³⁵ Em 1793, estas cidades apresentavam as seguintes cifras populacionais: cidade do México, 113.000 habitantes; Puebla, 57.090 hab.; Lima, 53.000 hab.; Havana, 51.000 hab., ver: MORSE, Richard M (ed.). *The urban development of Latin America, 1750-1920*. Stanford: Center for Latin American Studies, 1971, pp. 23-111.

³⁶ Em 1800, Filadélfia possuía 62.000 habitantes, e Nova Iorque 61.000 habitantes, ver: NASH, Gary B. *The Social Evolution of Preindustrial American Cities, 1700-1820*. *Journal of Urban history*, 13 (2), p.115, 1987.

Vila Rica”, mas, independentemente disso, os dados disponíveis para a segunda metade do Setecentos não autorizam admitir a cifra de 100.000 habitantes para a vila: sabe-se que a totalidade do território municipal (*Termo*) de Vila Rica, e mesmo a da *Comarca* de Ouro Preto³⁷, estava longe de atingir o referido número de habitantes³⁸.

Outras estimativas – cujas fontes também nem sempre são mencionadas – parecem confundir a população do Termo (*Concelho*) com a da Comarca; além disso, o autor não define claramente o que entende por “zona urbana”:

Resultado da cornubação de alguns núcleos mineradores, Ouro Preto foi, na segunda metade do século XVIII, o mais populoso dos núcleos urbanos brasileiros. Em 1750, Ouro Preto chegou a ter 95 mil habitantes, sendo que 25 mil na zona urbana³⁹.

Ora, em relação aos dados produzidos no século XVIII, a cifra mais elevada relativa à população urbana de Vila Rica é a de 20.000 habitantes no ano de 1796⁴⁰ (tabela 1). Entretanto, esse dado é de difícil interpretação, pois ele também é bastante impreciso. Não apenas a cifra avançada levanta dúvidas (trata-se, sem dúvida, de uma estimativa e não uma contagem), como também não se sabe qual território ela leva em conta: o total de 20.000 concerne somente às duas freguesias urbanas de Vila Rica (Pilar e Antonio Dias) ou inclui todo o território municipal?

Para tentar responder a essa questão, é necessário comparar esses dados a estatísticas mais precisas e confiáveis. De acordo com a rigorosa análise de Laird Begard⁴¹, em 1808 o termo de Vila Rica possuía 22.222

³⁷ Em *comarca* de Ouro Preto tinha como sede Vila Rica. Seu território era composto pelos concelhos de Vila Rica e de Mariana, que abrigavam 20 paróquias.

³⁸ Em 1776, a comarca de Ouro Preto reunia um total de 78.615 habitantes, portanto a cifra de 100.000 somente para Vila Rica, em meados do século, não parece congruente.

³⁹ PAULA, João Antonio. O processo de urbanização nas Américas no século XVIII. SZMRECSANYI, Tamás (org.). *História econômica do período colonial*. São Paulo: HUCITEC, 1996, p. 89. Outros autores apresentam cifras ainda mais ambíguas, afirmando em relação a 1776: “concentravam-se em Vila Rica 78.615 habitantes”, ver: FERNANDES, Neusa. *A Inquisição em Minas Gerais no século XVIII*. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 2000, p. 63. A expressão *concentravam-se* dá margem a interpretações erradas, pois diz respeito à imensa comarca de Vila Rica, que incluía vários concelhos.

⁴⁰ Documento conservado na Biblioteca do Palácio da Ajuda, em Lisboa (cód. 54-V-12, n. 5). Essa cifra também é reproduzida nos “Mapas de população, Ouro Preto, 1796-1797 - Arquivo Público Mineiro, planilhas 2037”, citadas por RAMOS, Donald. “Vila Rica: profile of a colonial brazilian urban center”. *The Americas*, vol. XXXV (4), p. 496, 1979. Boris Fausto, por sua vez, afirma Vila Rica (Ouro Preto) possuía 20.000 habitantes em 1740 et somente 7.000 em 1804, ver: *História do Brasil*. 11e éd. São Paulo, EDUSP, p. 106. Infelizmente, o autor não indica a fonte consultada.

⁴¹ BEGARD, Laird. *Op. cit.*, p. 231.

habitantes (incluindo escravos); portanto é bastante provável que a cifra de 20.000 habitantes em 1796 correspondesse à população total do termo, e não somente à população urbana da sede de Vila Rica, constituída pelas paróquias de Pilar e Antonio Dias.

É também necessário observar que outros autores, assim como testemunhos contemporâneos, fornecem cifras bem menores em relação à população da sede (tabela 1). Segundo Herculano Gomes Mathias, em 1804, a população total das duas freguesias de Vila Rica era de 8.867 habitantes⁴². Em uma memória publicada em 1806, o jurista Diogo Pereira de Vasconcelos forneceu números mais significativos: neste ano haveria em Vila Rica entre 11.000 e 12.000 almas. Saint Hilaire indica que, no ano de 1817, a vila contava cerca de 2.000 domicílios e 8.000 habitantes. Monsenhor Pizarro (frequentemente consultado por Saint-Hilaire, como revelam numerosas notas de rodapé), em suas memórias publicadas em 1820, avança cifra semelhante à acima mencionada, estimando em 8.000 habitantes a população total das duas paróquias urbanas de Vila Rica.

Tabela 1: População das principais cidades e vilas da América portuguesa, 1760-1822

<i>Cidade</i>	1760	1779	1789	1796	1799	1804	1806	1808	1817-22
Rio de Janeiro	32.746		36.932		43.376			50.144	
Salvador	39.466		40.398		40.912			43.147	
Vila Rica	c. 20.000 **			c. 20.000 **		8.867 *	c. 12.000 *	22.222 **	c. 8.000 *
São Paulo	3.832 *				10.542 *				25.486 **
Recife		c. 15.000						c. 25.000	
Belém		c. 9.000						c. 11.000	
Curitiba	c. 7.000				6.478	7.804			
Porto Alegre		c. 2.000						c. 6.000	

* Somente a paróquia da sede urbana.

** Conjunto do termo municipal.

Fontes: Notícias de todos os governos e população do Brasil (1782). *Biblioteca do Palácio da Ajuda*, Lisboa, cód. 54-V-12, n. 5. JOHNSON, M. H. Money and prices in Rio de Janeiro. *L'histoire quantitative du Brésil*. Paris: CNRS, 1973, p. 44; NASCIMENTO, Ana Amélia Vieira.

⁴² Mathias, Herculano Gomes. *Um recenseamento na Capitania de Minas Gerais: Vila Rica, 1804*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1968, p. 35.

Dez freguesias da cidade do Salvador. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1986, p. 65; MORSE, Richard M (ed.). *The urban development of Latin America, 1750-1920*. Stanford: Center for Latin American Studies, 1971, pp. 23-111; COSTA, Iraci del Nero da. *Vila Rica: população (1719-1826)*. São Paulo: IPE/USP, p. 1979, p. 243; COSTA, Iraci del Nero da e GUTIERREZ, Horácio. *Paraná: mapas de habitantes, 1798-1830*. São Paulo: IPE/USP, 1985, p. 27 e 53; MARCILIO, Maria Luíza. *A cidade de São Paulo: povoamento e população, 1750-1850*. São Paulo: Pioneira 1 EDUSP, 1973, p. 103; BUENO, Beatriz P. S. "Tecido urbano e mercado imobiliário em São Paulo". *Anais do Museu Paulista*, N. Sér., v. 13, n.1, p. 65-66, 2005; Laird BEGARD, *Slavery and the demographic and economic history of Minas Gerais, Brazil, 1720-1888*, Cambridge University Press, 1999, p. 230; SAINT-HILAIRE, Auguste. *Voyage dans les provinces de Rio de Janeiro et de Minas Gerais*, Paris, Grinbert et Dorez, 1830, t. 1, p. 138; VASCONCELOS, Diogo P. R. *Breve descrição geográfica, física e política da Capitania de Minas Gerais*, Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, 1994.

No entanto, a partir de informações que Saint-Hilaire recolheu localmente – e antes dele, o inglês John Mawe⁴³ – a população da sede foi estimada, para o período de auge da extração aurífera, ou seja, 1750-1760, em 20.000 habitantes. Ora, mesmo aceitando esse último dado, Vila Rica não pode ser considerada como uma imensa cidade, principalmente quando comparada a outras localidades urbanas do Novo Mundo, ou mesmo da América portuguesa. Conforme mostra a tabela 1, as aglomerações urbanas de Salvador ou do Rio de Janeiro possuíam um número de habitantes bem superior ao de Vila Rica. Em São Paulo, a população urbana (somente a paróquia da Sé da capital) era bastante reduzida no século XVIII, mas no final desse século sua população era comparável à de Vila Rica, e o mesmo pode-se dizer a respeito das populações existentes no conjunto do termo. Porém, é importante sublinhar que há diferenças em termos da unidade espacial levada em conta nas estatísticas citadas na tabela 1. Enquanto algumas remetem certamente à população urbana da sede, outras incluem a população do conjunto do termo municipal⁴⁴.

As incertezas quanto ao real peso demográfico de Vila Rica na época do *boom* minerador se associam a outras interrogações. Uma delas concerne evidentemente ao ponto de inflexão da evolução populacional – quer dizer, ao período no qual a população da capital de Minas Gerais começa a declinar, até atingir a cifra de aproximadamente 8.000 habitantes em 1804. Devido à ausência de dados que permitam conhecer o número de moradores por volta de 1750 e sua evolução até o final do século, torna-se necessário criar ferramentas para tentar

⁴³ MAWE, Jonh. op. cit.

⁴⁴ Também se deve lembrar que poucos dados são claros em relação às categorias de habitantes que foram contabilizados.

estimar essas cifras. Para isso, selecionamos dados de batismo relativos às duas parquiais que compunham a sede urbana: Pilar e Antonio Dias.

Devido a várias razões, esses dados podem ser considerados como representativos do número de nascimentos. Vários estudos mostram a preocupação das autoridades eclesiásticas em difundir o sacramento do batismo. Mais ainda, independentemente do meio social, a escolha de padrinhos e madrinhas era um modo eficaz de inserção da criança, assim como dos respectivos pais, em redes de relações que podiam contribuir para a ascensão social. Também é importante lembrar que a ata de batismo podia ter uma utilidade bastante concreta: um escravo alforriado ao nascer, ou mesmo em idade adulta, podia provar sua condição de homem livre desde que dispusesse do registro paroquial mencionando essa informação. Isso era algo bastante importante em uma sociedade onde o retorno à escravidão era uma ameaça constante em relação aos libertos e afrodescendentes nascidos livres⁴⁵.

A tabela 2 mostra que a evolução demográfica registrada nas duas freguesias de Vila Rica foi bem mais complexa do que se imagina. Entre 1750 e 1779, o número de batismos aumentou, ao passo que na década seguinte declinou. Em relação aos anos 1790-1799, as cifras observadas são bastante superiores àquelas referentes ao período de apogeu da atividade mineradora⁴⁶, ao passo que no período seguinte observa-se uma queda brutal.

Tabela 2: Batismos de crianças livres e escravas em Vila Rica, 1750-1809

Período	N. Abs. de batizados	Índice
1750-1759	2.265	100
1760-1769	2.849	125

⁴⁵ Trata-se de um tema que tem sido alvo de vários estudos: CHALHOUB, Sidney. *A Força da Escravidão*. Ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras, 2012; GRINBERG, Keila. Reescravização, direitos e justiça no Brasil do século XIX. In LARA, Silva Hunold; MENDONÇA, Joseli Maria N. (orgs.). *Direitos e Justiça no Brasil: Ensaios de História Social*. Campinas: Editora da Unicamp/CECULT, 2006, pp. 101-128; PINHEIRO, Fernanda Aparecida Domingos. O Retorno ao Cativo: práticas de reescravização num tribunal de Antigo Regime (Mariana, 1720-1819). In 6º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2013, Florianópolis. Anais do 6º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2013. Disponível em: <<http://www.escravidaoliberdade.com.br/site/images/Textos/6/fernandapinho.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2014.

⁴⁶ Essa evolução também foi observada em outro estudo, que sublinha a recuperação econômica de Vila Rica na década de 1790, LIBBY, Douglas Cole; BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. Filhos de Deus: Batismos de crianças legítimas e naturais na Paróquia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto, 1712-1810. *Varia História*, v.31, p. 76, 2004.

1770-1779	3.002	132
1780-1789	2.869	126
1790-1799	3.249	143
1800-1809	2.389	105

* Referente às paróquias de Antonio Dias e do Pilar. Excluídos batismos de escravos adultos, que, nas fontes consultadas, não apresentam séries completas para o período.

Fonte: COSTA, Iraci del Nero da. *Vila Rica: população (1719-1826)*. São Paulo: IPE/USP, p. 1979, p. 222-225 e CAMPOS, Adalgisa Arantes. *Banco de dados da paróquia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto*, FAPEMIG, UFMG.

Como interpretar esses dados? Ora, eles sugerem que, ao contrário do que afirma a historiografia tradicional, é no período tardio, entre 1790 e 1809, que constatamos uma queda acentuada no número de nascimentos, fenômeno que pode estar relacionado a movimentos migratórios.

Outra observação interessante relativa à tabela 2 diz respeito à proximidade entre o número de batismos constatados nos anos 1750-1759 (época do *boom* da mineração) e de 1800-1809. Ora, é em relação a esse último período que possuímos informações mais confiáveis sobre a população de Vila Rica, estimada em 8.867 habitantes. Seria possível concluir que essa cifra também é válida para a década de 1750? Os dados dos registros paroquiais não sustentam essa afirmação. Em compensação, eles não deixam dúvidas quanto ao frágil crescimento demográfico da capital de Minas Gerais. O gráfico 1 indica cifras anuais de batismos e óbitos para a paróquia de Antonio Dias, em relação a qual felizmente possuímos excelentes dados (particularmente de óbitos), e que corresponde a aproximadamente metade da amostragem indicada na tabela 2. A conclusão que se pode tirar é impactante: somente nos anos de 1781 e 1784 houve menos óbitos do que batismos⁴⁷.

Essa situação revela o lado sombrio da urbanização de Antigo Regime: as taxas de mortalidade sendo bastante elevadas, o crescimento da população das áreas urbanas só era possível graças à chegada massiva de imigrantes. Portanto, essa situação criava um quadro propício ao declínio demográfico em curto prazo.

Tendo em vista estas análises, pode-se afirmar que a cifra de 8.000 habitantes em relação à Vila Rica de meados do século XVIII não

⁴⁷ Trata-se de um fenômeno frequente nas sociedades de Antigo Regime: dados de 15 mil paróquias francesas, referentes aos anos 1740-1810, também revelaram que, nas áreas urbanas, os óbitos costumavam ser mais frequentes do que os batizados, ver: DUPÂQUIER, Jacques. *La population française aux XVIIe et XVIIIe siècles*. Paris: PUF, 1979, p. 95.

é um número inverossímil. Entretanto, outras informações disponíveis a respeito dessa localidade nos fazem pensar que tal estimativa é muito modesta. É importante lembrar que Vila Rica era um importante polo comercial, que distribuía por toda Minas Gerais uma grande variedade de mercadorias, entre elas milhares de escravos⁴⁸. Ora esses últimos podiam permanecer durante períodos mais ou menos longos na vila antes de serem vendidos ou transferidos para outras localidades. Além disso, por ser sede da jurisdição de primeira instância (Senado da Câmara) e de segunda instância (Ouvidoria), Vila Rica tinha uma considerável população flutuante, como revelam testemunhos de época: tropeiros, negociantes de grosso trato, fazendeiros e lavradores, artistas e artesãos que para aí se deslocavam para oferecer seus serviços ou vender mercadorias, para participar de festas religiosas ou civis, ou ainda para resolver questões administrativas. Alguns, inclusive, possuíam ali domicílios para se hospedarem de forma mais confortável. Esses movimentos migratórios são de difícil quantificação, mas com certeza, no período de apogeu da atividade mineradora, deviam ser bem mais intensos do que no início do século XIX. De fato, quando o povoamento da capitania se tornou mais disperso, a parte meridional de Minas Gerais (a comarca do Rio das Mortes) passou a ser um local – do ponto de vista demográfico – mais importante do que Vila Rica e seus arredores.

Entretanto, mesmo se aumentarmos em 50% ou mesmo 100% a cifra de 8.000 habitantes, os resultados não são espetaculares: em meados do século XVIII, Vila Rica teria assim uma população entre 12.000 e 16.000 habitantes. Essa cifra parece pouco significativa frente às avançadas por outros historiadores, mas é elevada se a comparamos a de outras povoações de Minas Gerais, do Brasil ou mesmo de Portugal. Quanto a isso, cabe lembrar que em Minas Gerais do século XVIII um arraial com 80 fogos (entre 300 e 500 habitantes) podia ser considerado como uma “grande povoação”⁴⁹, pois a maioria dos arraiais dificilmente alcançava essa cifra. São João del-Rey – que contava com aproximadamente 500 fogos em 1750⁵⁰ e 891 fogos (cerca de 5.000 habitantes) na sede urbana no início do século XIX – era considerada como uma das vilas mais povoadas e prósperas da capitania.

⁴⁸ Iraci del Nero da Costa indica, a partir de 1759, o número de escravos adultos batizados na paróquia de Antonio Dias. Em outras palavras, cativos recém-chegados a Ouro Preto. Entre 1759-1768 e 1809-1818, o número desses batismos caiu de 461 para apenas 38 ocorrências. *Vila Rica. op. cit.*, anexos.

⁴⁹ DAMASCENO FONSECA, Cláudia, *op. cit.*, p. 353.

⁵⁰ “História do distrito do Rio das Mortes” in *Código Costa Matoso. op. cit.*, p. 291.

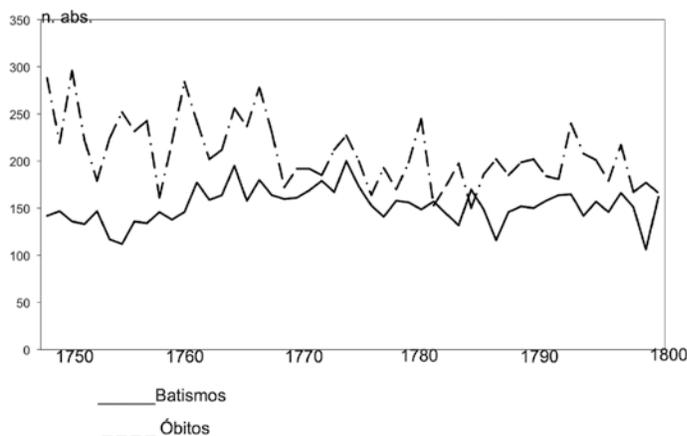


Gráfico 1: Batismo e óbitos na paróquia de Antonio Dias, Vila Rica, 1750-1800*

* Excluídos batismos de escravos adultos, os, que, na fonte consultada, não apresentam séries completas para o período.

Fonte: COSTA, Iraci del Nero da. *Vila Rica: população (1719-1826)*. São Paulo: IPE/USP, p. 1979, anexos.

Tendo em vista esses parâmetros, uma população urbana de 12.000 a 16.000 habitantes era considerável para a época. Além disso, esses números também são sedutores quando pensamos na realidade metropolitana: a capital mineira se aproximaria, assim, do perfil típico das principais aglomerações portuguesas do século XVIII, podendo ser comparada a cidades importantes, tais como Coimbra, Braga e Évora, que contabilizavam aproximadamente 3.500 a 4.000 fogos, ou seja, cerca de 15.000 habitantes⁵¹. Em contrapartida, no início do século XIX, Vila Rica apresentava uma população similar a localidades portuguesas de menos importância, como Viana do Castelo, Lamego, Guimarães, Santarém, Lagos e Faro – com cerca de 1.300 a 2.500 fogos, ou seja, com menos de 10.000 habitantes. É ainda importante sublinhar que, no início do século XVIII, apenas 7, entre as 51 vilas e cidades portuguesas, possuíam mais de 2.500 fogos: Lisboa, Porto⁵², Coimbra, Braga, Setúbal, Évora e Elvas⁵³.

⁵¹ Esses dados dizem respeito somente às sedes urbanas, ver: BAIROCH, Paul et all. *op. cit.*, p. 57.

⁵² Entre 1750 e 1800, a população de Lisboa passou de 185.000 para 195.000 habitantes, ao passo que a cidade do Porto passou de 30.000 para 40.000 habitantes. BAIROCH, Paul et all. *op. cit.*, p. 57.

⁵³ Eis alguns dados referentes ao início do século XVIII: Lisboa, c. 40 000 fogos; Porto, c. 11 000 fogos; Coimbra e Braga, c. 4 000 fogos; Setúbal, Évora et Elvas, c. 3 500 fogos. SERRÃO, José Vicente. População e rede urbana nos séculos XVI-XVIII in César Oliveira, *História dos municípios e do poder local*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p. 77.

Contudo, esses cálculos são frágeis, pois muitos deles se baseiam em erráticos dados paroquiais. Por esta razão não podemos descartar o total de 20.000 habitantes para área urbana de Vila Rica em meados do século XVIII, conforme foi estimado retrospectivamente pelos informantes locais de Mawe e de Saint-Hilaire. É importante sublinhar ainda que, independentemente da cifra escolhida – 12.000, 16.000 ou 20.000 habitantes –, constata-se que Vila Rica sofreu uma grande perda de população entre meados do século XVIII e início do século XIX; uma diminuição da ordem de 33% a 60%, se considerarmos a estimativa de 8.000 almas para a última data. Trata-se, aliás, de um declínio ainda mais significativo quando lembramos que, na mesma época, o terremoto que assolou Lisboa provocou uma perda de aproximadamente 12% da população.

Infelizmente temos que nos contentar com essas conjunturas e conclusões parciais: o estado atual dos conhecimentos empíricos não permite avançar mais longe na análise da evolução demográfica de Vila Rica do século XVIII. Mas o que se sabe sobre a evolução da capital mineira no século seguinte? Apesar de os dados desse período serem mais confiáveis do que os precedentes, é importante efetuar uma crítica rigorosa às fontes sob a pena de se cair em armadilhas interpretativas. Na tabela 3 reunimos os dados demográficos das duas freguesias urbanas de Vila Rica/Ouro Preto concernentes ao período de 1804-1940. A partir dessas cifras, percebe-se que, ao longo do século XIX, a sede sofreu uma segunda perda substancial de população, tendência também observada para o conjunto do município: 22.222 habitantes em 1808, 18.225 habitante em 1818⁵⁴. Na década de 1870 observa-se uma mudança brusca, com um crescimento significativo registrado a partir de então, até 1890. A partir dos anos 1910, em compensação, nota-se uma nova e importante fase de declínio demográfico, que, sem dúvida, foi provocado pela transferência, em 1897, da capital de Minas Gerais para Belo Horizonte.

Tabela 3: População total de Vila Rica/Ouro Preto, 1804-1940*

Ano	População total
1804	8.867
1815	6.637
1820	8.000
1823	7.766
(1838)	(3.713)

⁵⁴ BEGARD, Laird. *op. cit.*, p. 230.

1854	9.000
1863	8.000
1872	14.078
1890	17.860
1910	10.000
1920	11.857**
1940	11.193**

* Paróquias de Antonio Dias e do Pilar.

** Nos recenseamentos de 1920 e 1940, as referências espaciais não são mais as freguesias, mas sim os distritos, que guardam relações com a toponímia e subdivisões antigas.

Fontes: MILLIET DE SAINT-ADOLPHE, J. C. R. *Diccionario geographico, historico e descriptivo, do Imperio do Brazil*. Pariz: J. P. Aillaud, 1863, vol. II, p. 183; Mapa de População de Ouro Preto (1838), *Arquivo Público Mineiro*, códice, MP – Cx. 07, Doc. 19; COSTA, Iraci del Nero da. Vila Rica: população (1719-1826). São Paulo: IPE/USP, p. 1979, p. 243; *Relatório de Presidente de Província*, Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1851, *Censos Brasileiros de 1872-1890*. CD-rom, CEBRAP, 2001; VASCONCELLOS, Sylvio de. *Vila Rica: formação e desenvolvimento – residências*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1956, p. 51; LOTT, Mirian Moura. *Na forma do ritual romano: casamento e família, Vila Rica (1804-1839)*. São Paulo: Annablume, 2008, p. 55; PIZARRO, Joze de Souza Azevedo. *Memórias Históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas à jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil*, Rio de Janeiro, Imprensa Oficial, 1945-1948; Matos, Raimundo José da Cunha, *Corografia Histórica da Província de Minas Gerais (1837)*, Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1981. *Recenseamento do Brazil – 1920* [CD-rom], IPEA-RJ. *Censo Demográfico de 1940*, IBGE, Recenseamento Geral do Brasil, Série Regional, parte XIII, t. 2.

Essas cifras são confiáveis?

Ora, os dados referentes aos anos 1804 e 1838 são provenientes de listas nominativas. No primeiro caso, temos certeza de que eles dizem respeito às duas referidas freguesias de Vila Rica. O segundo número é bem menos preciso, pois se trata de uma “relação nominal dos habitantes dos distritos das freguesias do Ouro Preto”. Nesta frase, a tonopímia local presta-se à confusão: será que se trata somente da paróquia de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto⁵⁵, ou as duas paróquias somadas –, ou seja, de toda a população urbana da “cidade” de Ouro Preto?

Para tentar responder a essa questão, é necessário fazer um longo parêntese. Em primeiro lugar, é importante analisar os significados do termo “distrito”⁵⁶. Em Minas Gerais do século XVIII tal expressão podia ser sinônima da palavra território, ou então designar um tipo específico

⁵⁵ Nesse caso, a utilização da palavra “freguesias” no plural parece ter sido um simples erro de redação, quando se queria dizer “distritos da freguesia do Ouro Preto”; aliás “Ouro Preto” era uma forma abreviada para designar a paróquia de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto.

⁵⁶ Sobre a definição de distrito, ver: DAMASCENO FONSECA, Cláudia. *op. cit.*, p. 71-79.

de território – como no caso do “distrito de ordenança”, uma espécie de circunscrição militar que foi utilizada como base de muitos levantamentos populacionais. Por isso mesmo, a expressão “distrito da freguesia” podia significar a totalidade do território da paróquia (freguesia), ou então uma outra circunscrição bem menor, o “distrito da ordenança”, que pertencia ao território paroquial.

A obra “Corografia Histórica da Província de Minas Gerais”, redigida pelo militar Cunha Matos nos anos 1830, fornece várias informações que ajudam a compreender essas divisões territoriais. De acordo com o autor, havia quatro “distritos” na paróquia do Pilar de Ouro Preto⁵⁷. Um deles era formado por duas partes, consideradas pelo autor como “bairros” da cidade: o bairro de Ouro Preto (onde se encontra a matriz do Pilar) e o bairro das Cabeças. Os outros três distritos (arraiais de São Sebastião, Boa Vista e Rodeio) são descritos como “subúrbios”, situados em pontos mais distantes da matriz (entre uma e seis léguas de distância). Nos bairros de Ouro Preto e Cabeças havia 3.546 almas e 827 fogos, ao passo que a totalidade da paróquia do Pilar contabilizava 4.901 almas e 1.392 fogos. Já a freguesia de Antonio Dias contabilizava 2.865 almas e 641 fogos, e se dividia em quatro “distritos”: dois bairros (Antonio Dias e Alto da Cruz) e dois “distritos” que não eram considerados como “bairros” (Taquaral/Padre Faria e Morro Santana), mas que, de acordo com um mapa da época⁵⁸, pareciam formar um “continuum” urbano com os dois primeiros bairros. Em relação ao espaço recenseado, esses dados são bastante precisos e sugerem uma população reunida nas duas paróquias da sede em torno de 7.766 habitantes.

Cabe ainda sublinhar que, no início da década de 1980, uma interpretação desses dados é bastante reveladora da dificuldade de certos historiadores em se posicionarem criticamente frente às ideias preconcebidas. Em um comentário à nova edição da *Corografia* de Cunha Matos, Tarquinio José Barbosa de Oliveira afirma que esses dados:

Não são confiáveis, pois a área urbana de Ouro Preto somaria 6.411 almas. Diogo P. R. Vasconcelos (1807) estima em 12.000 a população urbana; outros autores a elevam para 20.000 almas. Tudo faz crer que a população rural não é considerada fora dos povoados (paróquias e capelas filiais)⁵⁹.

⁵⁷ Matos, Raimundo José da Cunha. *Corografia Histórica da Província de Minas Gerais (1837)*. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1981.

⁵⁸ “Mapa de Vila Rica”, planta desenhada por Manuel Ribeiro Guimarães no início do século XIX. Conservada no Arquivo Histórico do Exército (Rio de Janeiro) e publicada por REIS, Nestor Goulart. *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*. São Paulo: Edusp/Fapesp/Imprensa Oficial, 2000, p. 215.

⁵⁹ Matos, Raimundo José da Cunha, *Corografia Histórica da Província de Minas Gerais (1837)*, *op. cit.*, p. 100.

Ora, a cifra de 6.411 habitantes, que Tarquínio Oliveira atribui à “área urbana” de Vila Rica, corresponde à soma dos dados de todos os distritos da freguesia de Antonio Dias e a somente um distrito da paróquia do Pilar (“Ouro Preto e Cabeças”, que Cunha Matos designa como um *bairro da cidade*). Essa forma de classificar os dados pode parecer surpreendente, mas na realidade é bastante lógica. Conforme indicamos, Cunha Matos distingue os diferentes distritos das duas paróquias, alguns considerados como “bairros” e outros como “subúrbios” (São Sebastião, Boa Vista e Rodeio); ou seja, espaços periféricos que podiam ser excluídos da contagem da parte realmente “urbana”.

O que é realmente surpreendente na argumentação de Tarquínio de Oliveira é a comparação entre dados que não correspondem às mesmas circunscrições. As estimativas de Diogo de Vasconcelos (11.000 a 12.000 almas), citadas pelo autor, dizem respeito, sem dúvida, às duas freguesias inteiras da cidade de Ouro Preto: ao contrário do que Oliveira sugere, Vasconcelos não utiliza em momento algum a expressão “população urbana”, que aliás é bastante anacrônica quando empregada em relação ao início do século XIX. É verdade que as cifras das duas paróquias, indicadas por Vasconcelos, são consideravelmente superiores ao número de habitantes indicados por Cunha Matos, que era de 7.776 habitantes; por outro lado, Oliveira talvez tenha razão quando supõe que a população rural (ou seja, os domicílios situados fora dos arraiais) das duas paróquias não tenha sido levada em conta por Cunha Matos. Contudo, parecemos evidente que os dados reunidos por esse último autor merecem mais crédito do que as cifras aproximadas e vagas de Vasconcelos⁶⁰.

Quanto aos 20.000 habitantes atribuídos a Vila Rica por “outros autores” – provavelmente John Mawe, cujo relato contém vários erros⁶¹ – Tarquínio de Oliveira não fornece nenhuma precisão quanto ao espaço de referência dessa cifra⁶². Assim, o objetivo principal da contestação apresentada por esse historiador parece ser o de manter o mito da “grandeza” de Vila Rica. Segundo sua interpretação, tal “grandeza” teria se prolongado após o auge minerador, pois ele contesta os dados que atribuem à capital mineira um menor peso demográfico no início do século XIX.

⁶⁰ Além das cifras referentes a Vila Rica, Vasconcelos fornece estimativas de outras duas vilas, também de maneira vaga. Segundo esse autor Mariana e Sabará tinham *5000 habitantes, de todas classes e sexos*. VASCONCELLOS, Diogo Pereira Ribeiro de. Breve descrição geographica, physica e politica da capitania de Minas Geraes. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. 6, p. 790, 1901.

⁶¹ A propósito dos erros do relato de Mawe, ver nota 41 *supra*.

⁶² O relato de Mawe é bastante confuso, sendo a cifra de 20.000 habitantes ora associada ao século XVIII, ora ao XIX, *op. cit.* p. 128.

Em 1820, os dados fornecidos por Monsenhor Pizarro são bastante próximos aos de Cunha Matos: 2.175 almas em Antonio Dias e 5.825 almas no Pilar, o que resulta em 8.000 habitantes nas duas paróquias. A pequena diferença observada entre as fontes pode ser explicada pelo fato de Pizarro não levar em conta o “distrito de ordenança”: seu recenseamento tem por base a paróquia e suas subdivisões eclesiásticas (as “aplicações”, territórios habitados por aqueles que frequentavam as capelas filiais).

Essas análises comparativas permitem que se conclua que os dados de 1838 dizem respeito aos “distritos” de uma só paróquia de Vila Rica, ou seja, Pilar de Ouro Preto. A cifra de 3.713 habitantes não inclui, portanto, a paróquia de Antonio Dias, daí podendo se explicar a diminuição registrada nessa data em relação às precedentes. Portanto, deve-se descartar esse dado, pois ele não diz respeito ao mesmo recorte espacial implícito nos demais dados da tabela 3.

Dessa maneira, constatamos que a diminuição da população na primeira metade do século XIX foi menos significativa do que parece sugerir os dados da referida tabela. Aliás, o levantamento realizado indica que a tendência de declínio populacional foi invertida na segunda metade desse mesmo século. Conforme pode ser observado, os dados de 1872 a 1890 sugerem um forte crescimento demográfico. Cabe aqui lembrar que esses dados são bem mais confiáveis, tendo em vista que foram produzidos por censos nacionais; o mesmo pode ser afirmado em relação às informações de 1920, que assinalam um novo declínio demográfico de Ouro Preto – fenômeno relacionado à mudança da capital para Belo Horizonte.

A evolução demográfica de Vila Rica parece, assim, ter sido bastante irregular, apresentando diversos períodos de crescimento e declínio ao longo dos séculos XVIII e XIX. Aliás, cabe sublinhar que esse fenômeno foi bastante frequente na Época Moderna. Em seu monumental estudo a respeito da urbanização na Europa, Jan de Vries observou que, entre os séculos XVI e XVIII, ao menos 500 cidades europeias estagnaram ou perderam população. Isso decorria, por um lado, de emigrações para as grandes cidades – ou seja, aquelas que possuíam mais de 40.000 habitantes –, que na época viveram um processo de expansão; por outro lado, esse declínio também pode ser atribuído ao surgimento de novas aglomerações urbanas⁶³.

⁶³ VRIES, Jan de. *La urbanización de Europa, 1500-1800*. Barcelona: Editorial Critica, 1987, p. 106 e 356-357. Segundo esse autor, em 1.750 a população de Coimbra passou de 15.000 a 12.000 habitantes. Durante o mesmo período, Évora passou de 17.000 à 15.000 habitantes. Na Espanha, as quedas populacionais também foram espetaculares: entre 1600 e 1700,

Ao que parece, Vila Rica sofreu perdas demográficas em decorrência desses dois tipos de situação. Entre 1808 e 1872, a população da cidade do Rio de Janeiro passou de aproximadamente 50.000 para 190.000 habitantes⁶⁴. Ao longo do século XIX, o número de óbitos cariocas era superior ao de nascimentos. Portanto, pode-se afirmar que a capital do Brasil crescia graças a uma extraordinária corrente migratória, proveniente de várias regiões do Brasil, África e Europa⁶⁵. As vilas e cidades mineiras, incluindo aí Vila Rica, devem ter contribuído para o intenso crescimento demográfico registrado no Rio de Janeiro, principalmente após a transferência da Corte portuguesa.

Contudo, é mais provável que a diminuição populacional registrada na capital mineira decorresse de migrações internas à província, provocadas pela ocupação de terras propícias a atividades agropecuárias, assim como em decorrência da formação de novas "vilas" e "cidades" (ou seja, formação de novos concelhos/ municípios)⁶⁶. Nesse sentido, cabe lembrar que, desde o século XVIII, as possibilidades de crescimento econômico e demográfico de Vila Rica eram limitadas. A sede tinha um terreno bastante acidentado, com áreas impróprias a construções. Além disso, o território municipal ("Termo") era pouco extenso: após o esgotamento das lavras nos arredores da sede, os habitantes que desejavam explorar novas áreas se estabeleceram em regiões distantes da capital, notadamente em espaços que acabaram por ser anexados aos termos de Mariana, São José del-Rey (atual Tiradentes) e São João del-Rey⁶⁷.

Em 1857, o jornal ouro-pretano *Correio Oficial de Minas* reconhecia essa situação, reproduzindo correspondência da Câmara local com a Corte:

... além da serra da Mantiqueira, existem terras fertilíssimas, que podem acomodar não poucos milhões de habitantes, há de ser difícil conter o impulso e obstar a sedução que a esperança de grandes lucros há de trazer a nossa população, sempre propensa à emigrar.

Córdoba passa de 45.000 a 28.000 habitantes, e Valladolid de 40.000 a 18.000 habitantes.

⁶⁴ LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro: do capitalismo comercial ao capital industrial e financeiro*. Rio de Janeiro: IBEMC, 1978, vol. 1, p. 227.

⁶⁵ MARCILIO, Maria Luíza. Sistemas demográficos no Brasil do século XIX. MARCILIO, Maria Luíza (dir.). *População e sociedade: evolução das sociedades pré-industriais*. Vozes: Petrópolis, 1984, p. 203-204.

⁶⁶ Sérgio da Mata chamou a atenção para a criação de novas vilas na primeira metade do século XIX, questionando a ideia de decadência: "... entre 1801 e 1850, 52 localidades mineiras são elevadas à condição de municípios. Significa dizer: um crescimento de 300% em relação ao período 1751-1800."; ver: *Chão de Deus: catolicismo popular, espaço e proto-urbanização em Minas Gerais, Brasil, séculos XVIII-XIX*. Berlin: Wiss. Vert. Berlin, 2002, p. 22.

⁶⁷ DAMASCENO FONSECA, Cláudia, *op. cit.*, p. 276-285.

Este mal à nenhum município da província pode afetar tanto, como ao desta capital, porque, como v. exe. sabe perfeitamente, tem ele a imerecida fama de se achar em terreno ingrato e estéril, tanto que, cessando a extração do ouro, que ainda nos fins do século passado dava incremento a sua tão decantada opulência, teria talvez desaparecido da lista dos municípios se nesta cidade se não achasse colocada a capital da província⁶⁸.

Tal situação concorria com outros fatores que afetavam a evolução da cidade. Em fins do século XVIII e início do século XIX, Vila Rica e Mariana foram pouco afetadas pelos sucessivos desmembramentos (provocados pela criação de novos “concelhos”⁶⁹). Com efeito, a população da Comarca de Ouro Preto permaneceu estável entre 1776 e 1821, apresentando respectivamente 78.618 e 78.863 habitantes nessas duas datas⁷⁰. Em compensação, durante a segunda metade do século XIX essas localidades perdem grande parte do território. Enquanto durante o período colonial o título de “vila” foi distribuído com muita parcimônia (em Minas Gerais, foi concedido a 14 povoações, em relação a um conjunto de 300), durante as décadas de 1830, 1850 e 1870 um número bastante elevado de arraiais conseguiu o título de “vila”.

Entre 1830 e 1850, na Zona da Mata – região onde se desenvolve a lavoura cafeeira – observa-se a criação de 10 novas vilas, que provavelmente atraíram muitos imigrantes. Com efeito, um estudo minucioso revelou que, entre 1833 e 1872, as antigas zonas mineradoras perderam cerca de 30% de seus escravos, ao passo que esse segmento da população se tornou duas vezes mais numeroso na Zona da Mata⁷¹. É bastante provável que Ouro Preto tenha transferido escravos para essa última região. Além disso, é importante lembrar que nesse período foram também criadas várias comarcas⁷², inclusive comprometendo parte do antigo termo de Mariana. Essas últimas e Ouro Preto perderam, no referido período, grande parte do poder de atração e de polarização que possuíam enquanto sedes jurídicas, o que também ajuda a entender o processo de declínio demográfico.

⁶⁸ *Correio Oficial de Minas*, 12 de março de 1857. Para uma análise da ocupação da Mantiqueira, ver: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. Famílias dos Sertões da Mantiqueira. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. XLVIII, p. 100-115, 2012.

⁶⁹ A atribuição do título de vila a um arraial implicava na criação de um novo território municipal e uma nova câmara. Isso gerava conflitos entre as câmaras já existentes, que se opunham à criação de novas municipalidades, a fim de preservar seus rendimentos e população.

⁷⁰ BERGAD, Laird W. *op. cit.*, p. 97.

⁷¹ PAIVA, Clotilde Andrade e BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. População e espaço no século XIX mineiro: algumas evidências de dinâmicas diferenciadas. *Anais do VII Seminário sobre economia mineira*. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1995, p. 100.

⁷² Principalmente no antigo território de Mariana foram criadas várias vilas e comarcas a partir de 1850: Rio Pomba, Muriaé, Ponte Nova, etc. Ver: CARVALHO, Téphilo Feu de. *op. cit.* p. 132 ss.

O significativo declínio registrado entre 1900-1920 pode também ser atribuído ao crescimento acelerado da nova capital de Minas Gerais. Nesse sentido, cabe sublinhar que o município de Belo Horizonte passou de 13.472 habitantes em 1900⁷³ para 38.822 em 1912⁷⁴, atingindo 55.563 habitantes em 1920⁷⁵ e 211.377 em 1940⁷⁶.

Tabela 4: População dos municípios de Belo Horizonte e de Ouro Preto, 1920-1970

Município	1920	1940	1950	1960	1970
Belo Horizonte	55.563	211.377	352.724	693.328	1.235.030
Ouro Preto	51.136	27.890	32.859	33.927	46.165

Fonte: *População dos municípios brasileiros*. Disponível em: <www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: 27 ago. 2012.

Em relação a Ouro Preto, constatamos uma diminuição de 45,4% da população total do município no período de 1920-1940. Para explicar essa evolução é necessário lembrar os diversos desmembramentos do território municipal ouropretano ocorridos nos referidos anos, dando origem a novos municípios nos antigos distritos de Itabira do Campo (atual Itabirito, criado em 1923) e Congonhas do Campo (atual Congonhas, criado em 1938). Infelizmente, após 1940, torna-se mais difícil acompanhar a evolução da população da sede de Ouro Preto. Por essa época, os censos deixam de adotar as divisões em distritos (conforme ocorreu até 1920); além disso, eles não indicam claramente os limites das zonas urbanas, suburbanas e rurais (como ocorreu em 1940), disponibilizando apenas cifras relativas à população total do município.

A tabela 4 revela evoluções contrastantes entre Ouro Preto e Belo Horizonte: se em 1920 a população municipal das duas cidades era relativamente semelhante, tal quadro se modifica sensivelmente nas décadas seguintes, quando a nova capital mineira registra um crescimento bastante elevado frente às modestas cifras ouropretanas.

⁷³ Dados de 1920: *Recenseamento do Brasil – 1920* [CD-rom], IPEA-RJ, vol. IV, parte 1, p. X.

⁷⁴ Salgueiro, Heliana Angotti, *La casaque d'Arlequin - Belo Horizonte, une capitale éclectique au 19^e siècle*, Paris, Ed. de l'EHESS, 1997, p. 124.

⁷⁵ *Recenseamento do Brasil – 1920* [CD-rom], IPEA-RJ, Vol. IV, parte 4, p. 605 Nossos agradecimentos a Eustáquio Reis por disponibilizar esse trabalho ainda inédito.

⁷⁶ *População dos municípios brasileiros*, IPEA-RJ, Disponível em: <www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: 27 ago. 2012.

Conclusão

As análises apresentadas nessa pesquisa não descartam, em absoluto, a noção de declínio demográfico em Vila Rica. Na realidade, elas demonstram uma evolução bastante irregular, apresentando vários períodos de declínio. No entanto, embora essas perdas de população tenham sido intensas, elas foram bem menos radicais do que aquelas avançadas por boa parte da historiografia tradicional, que frequentemente se baseou em dados inverossímeis ou mesmo fantasiosos. Não ocorreu em Vila Rica, cabe repetir, um declínio espetacular de uma “metrópole das Américas”, como sugere a interpretação de que a população local – entre meados do século XVIII e início do século XIX – passou de 100.000 habitantes a 8.000. Segundo nossa interpretação, é muito mais provável que tenha ocorrido uma diminuição de 15.000 ou, no máximo, 20.000 habitantes – dimensão, aliás, considerável na época – para aproximadamente 8.000 habitantes, ou seja, em cinquenta anos registrou-se uma queda de 26% a 55% da população ouropretana.

Por volta de 1850, começa uma nova fase de crescimento demográfico na capital mineira. Essa tendência dura até o surgimento de Belo Horizonte, provocando um novo período de declínio – aliás, provavelmente mais acentuado do que o registrado no período colonial, pois a população ouropretana, em apenas 20 anos (1890-1910), diminuiu 44,1%.

O marasmo demográfico que se prolongou até os anos 1950-1960, sem dúvida muito influenciou os historiadores da época, que o projetaram em relação à segunda metade do século XVIII. Imagem de decadência urbana que, aliás, eles testemunharam ao longo da primeira metade do século XX. Além desse fenômeno, também se observa nas décadas de 1930-1940 um enfraquecimento, em nível nacional, do poder político de Minas Gerais. Tal situação contribuiu para exacerbar o “patriotismo mineiro” e a mitificação de seu “século do ouro” – mitificação, aliás, que permanece até a atualidade.

Para finalizar, é importante retornar a uma questão mencionada no início desse estudo: a da predominância atribuída ao aspecto demográfico para avaliar o grau de “urbanização”, de “prosperidade” ou de “decadência” das vilas e cidades do passado. Se atualmente tal abordagem (baseada num patamar mínimo de população) parece natural, ela não é adequada para o Antigo Regime. Outros critérios parecem ser bem mais significativos, como a presença de atividades administrativas, de magistrados, de autoridades religiosas, assim

como a abundância e a diversidade de mercadorias comercializadas, o número e a imponência das casas, a riqueza das igrejas, a polidez e a cultura dos habitantes locais. Essas características conferiam destaque e prestígio aos centros urbanos, bem mais do que o número de habitantes. É verdade que certos funcionários e viajantes desprezaram Vila Rica do início do século XIX, mencionando suas lavras esgotadas e suas construções “quase abandonadas” ou mal cuidadas. Mas eles também fizeram referência a numerosos estabelecimentos comerciais e a uma importante atividade mercantil, com importações consideráveis, o que permite supor que uma população significativa consumia esses produtos.

Portanto, é possível simultaneamente descrever Vila Rica/Ouro Preto como uma localidade estagnada e decadente ou, ao contrário, próspera e dinâmica: tudo depende do período analisado ou, para sermos mais exatos, dos critérios privilegiados pelo observador.



Mapa 1: Freguesias de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto e de Nossa Senhora da Conceição de Antonio Dias

Fonte: Planta da cidade de Ouro Preto (1888). Arquivo Público Mineiro, PP-006. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/grandes_formatos/brtacervo.php?cid=708&cop=1>. Acesso em: 27 jul. 2014.

Recebido em: 10 de julho de 2014
Aprovado em: 10 de setembro de 2014